

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 26.12.2019

Com o Retorno, Macau entrou numa nova era de governação com alta autonomia e sob os princípios “Um país, dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes”. Com o rápido desenvolvimento, Macau passou de uma pequena cidade desconhecida quase por todos a centro mundial de turismo e lazer. A indústria do jogo, enquanto pilar, deu grandes contributos para o crescimento económico, mas os riscos desse modelo de crescimento económico, dependente de uma única indústria, são cada vez mais complicados.

Dadas as características dessa indústria, é difícil para Macau encontrar uma indústria que a possa “levar para fora”, assumindo assim um papel passivo na cooperação inter-regional. Apesar dos vários esforços do Governo e dos diversos sectores sociais, ainda não se atingiram os resultados previstos. Manter a actual posição estratégica da indústria do jogo e promover o desenvolvimento diversificado da economia, no sentido de encontrar mais algumas saídas, são temas que têm sempre merecido a atenção da sociedade. O próximo Chefe do Executivo referiu no seu manifesto “sinergias e avanço, mudanças e inovação”, uma esperança para a concretização da diversificação económica, na qual a sociedade deposita grande confiança.

Entendo que o novo Governo deve aproveitar as oportunidades de desenvolvimento no âmbito da Grande Baía para alargar o espaço do nosso mercado, deve tentar encontrar oportunidades de negócio na cooperação inter-regional e dinamizar, de forma mais rápida e melhor, o desenvolvimento da actividade financeira. Assim sendo, proponho:

1. Proceder à articulação com as necessidades dos serviços financeiros das empresas de qualidade da Grande Baía, explorando activamente a cooperação financeira transfronteiriça. A economia da Grande Baía está a crescer a um ritmo acelerado e são muitas as empresas de qualidade nesta região. Assim, a globalização e o aumento da qualidade das indústrias levam ao aumento da procura de investimento e financiamento transfronteiriço, o que constitui uma grande oportunidade de desenvolvimento para os serviços bancários da região. Em 2016, cerca de 7000 empresas da província de Guangdong expandiram-se para o exterior e instalaram sucursais em mais de 130 países e regiões, com investimentos anuais superiores a 10 mil milhões de dólares americanos. Em 2018, existiam 134 sociedades comerciais responsáveis pela emissão de obrigações na província de Guangdong, no valor de 511,8 mil milhões de renminbi em obrigações; 303 empresas cotadas em bolsa nas nossas fronteiras (número de empresas cotadas em bolsa com um valor total de mercado de 8,5% e 6,98%, respectivamente); mais de 130 empresas cotadas na bolsa de Hong Kong (até Abril); 153 empresas cotadas em bolsas de valores reestruturadas e fundidas dentro da nossa jurisdição, com transacções a atingirem 77,917 mil milhões de renmimbis. Hong Kong e Macau têm sido, desde sempre, plataformas

importantes para o investimento e financiamento transfronteiriço e centros de serviços no exterior dessas empresas. Nos últimos anos, o ambiente geral de taxas de juro negativas tem-se aprofundado, promovendo a necessidade de financiamento das empresas do Interior da China no exterior, e aumentando a atractividade dos activos do Interior da China para os investidores do exterior. Macau deve então aproveitar as necessidades crescentes de investimento e financiamento transfronteiriço das empresas de alta qualidade da Grande Baía, oferecendo-lhes serviços financeiros transfronteiriços abrangentes, financiamento em aquisições, emissão de obrigações no exterior, emissões de títulos de dívida, transacções de valores mobiliários, alienação de activos e outros serviços financeiros de alta qualidade, enriquecendo e aperfeiçoando os elementos financeiros e as instituições financeiras de Macau.

2. Podemos aproveitar as oportunidades financeiras relacionadas com a vida da população para participar na construção de um círculo de vida de qualidade na Grande Baía. Com a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, as ligações são cada vez mais estreitas e a circulação transfronteiriça aumenta, quer em termos económicos quer quanto à vida dos residentes. Por exemplo, dos 36 mil milhões de passageiros que Macau recebe anualmente, 70% são residentes do Interior da China, e desses, 70% são provenientes da Grande Baía. Por outro lado, são cada vez mais os residentes de Macau e de Hong Kong que, entre outras actividades, trabalham, compram casa, estudam e procuram tratamento médico no Interior da China, portanto, são grandes as necessidades financeiras relacionadas com a vida dos residentes na Grande Baía. Assim, há que inovar de forma activa os sistemas de financiamento, pagamento e serviços, aperfeiçoando a gestão financeira transfronteiriça, incluindo a abertura de contas bancárias, por forma a proporcionar aos residentes serviços financeiros integrados na Grande Baía. Desta forma, podemos contribuir para a construção de um círculo de vida de qualidade com condições ideais de vida, de trabalho e de turismo.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 16.12.2019

Apoiar acertadamente as empresas com potencialidades e promover a diversificação das indústrias de Macau

Na semana passada, participei na cerimónia de inauguração, no Vale Criativo de Hengqin, da empresa “Pou Keong”, vencedora da “1.ª Competição de Empreendedorismo Científico e Tecnológico de Hengqin”, organizado no ano passado pelo Conselho de Gestão do Novo Distrito de Hengqin da Cidade de Zhuhai. A empresa aproveitou a inteligência artificial para desenvolver a interação vocal entre os veículos e os canais telefónicos, tendo conquistado um prémio de 100 milhões de renminbis. O fundador da empresa, Ho Kuok Tou, é um jovem natural de Macau. Acredito que ele vai trazer uma nova dinâmica para o desenvolvimento dos microchips e da indústria automobilística inteligente em Zhuhai e Macau. O que mais me impressionou foi que, no seu discurso, o Presidente do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia, Frederico Ma, revelou que, depois de consultados todos os dados, tinha descoberto que a empresa “Pou Keong” nunca tinha recebido nem sequer um avo de subsídio do Governo de Macau.

Depois de falar com este amigo, apercebi-me das muitas dificuldades e obstáculos no caminho para a criação de negócios. Para poderem ter sucesso, primeiro, os jovens têm de ter a coragem de sair e trabalhar duramente, e a seguir, ter vontade de auto-aperfeiçoamento. Ele adiantou ainda que tinha concluído o ensino secundário em Macau, a licenciatura no Interior da China, e uma pós-graduação no exterior, tendo trabalhado com empresas famosas do Vale do Silício, e que todas essas experiências tinham sido muito valiosas. No futuro, aquando da concretização da diversificação adequada da economia, o Governo, deve continuar a formar talentos em diversas áreas, descobrir as empresas com grandes potencialidades para investir, e reforçar o apoio ao seu desenvolvimento para atingirem elevada qualidade. Assim sendo, sugiro o seguinte:

1. Estabelecimento de uma base de dados para a criação/divulgação da ciência. A fim de permitir que os jovens dominem melhor as tendências de desenvolvimento das indústrias de ciência e tecnologia inovadoras e da educação científica, sugere-se ao Governo a criação de uma base de dados aberta para elencar as indústrias que acompanham as tendências gerais, especialmente aquelas que correspondam às tendências de transformação e de desenvolvimento de Macau.

2. Aumento do apoio ao empreendedorismo e à inovação. Com vista a aumentar o número de empreendedores no mercado da inovação científica, o Governo deve ter uma perspectiva de longo prazo e reforçar o apoio financeiro às empresas-semente com potencialidades ou específicas, com vista a ajudá-las a resolver o problema da insuficiência de capitais na fase inicial de criação de

negócios. Esse apoio permite promover a industrialização dos frutos da investigação dessas empresas e incentivá-las a enraizarem-se em Macau, cultivando líderes desse sector tanto para a nossa Pátria como para o mundo. Ter dinheiro não é tudo, pois, enquanto os governos das cidades vizinhas estão a atrair interessados com avultados capitais e mercados, Macau deve reflectir profundamente e fazer planos para congregar talentos e empresas de qualidade.

3. Elogio à inovação tecnológica e à divulgação científica. O Governo deve reforçar a divulgação dos excelentes projectos de investigação científica e tecnológica de Macau, divulgando os novos pontos de destaque de Macau entre a população local, os compatriotas da Grande Baía e nas plataformas internacionais. Com o objectivo de elevar ainda mais o nível da educação científica, deve-se atrair mais estudantes para se integrarem no sector e, além disso, aumentar também os conhecimentos e o orgulho dos cidadãos em relação aos novos “cartões-de-visita” de Macau na ciência e tecnologia, fazendo com que a inovação científica e tecnológica seja um dos rumos importantes para a diversificação adequada da economia de Macau.

IAOD dos Deputados Ma Chi Seng, Wu Chou Kit e Pang Chuan em 16.12.2019

Faltam 4 dias para celebrar o 20.º aniversário da RAEM e quero deixar aqui, antecipadamente, os nossos votos de que a RAEM continue a desenvolver-se, a população seja feliz e os diversos sectores acedam a um novo patamar de progresso. Aproveitando esta ocasião, pretendemos partilhar, com os nossos colegas, algumas das nossas ideias.

Em primeiro lugar, ao longo destes 20 anos registaram-se grandes mudanças em Macau, e este é o melhor período na sua história. Desde a fase inicial da transferência, em que quase nada havia até hoje em que muito temos, registaram-se vários exemplos de sucesso na implementação do princípio “um país, dois sistemas”. Aliás, trata-se dum grande sucesso para todos os residentes da RAEM, resultado da solidariedade com a Nação e do desenvolvimento em conjunto com o País. Com o forte apoio da Pátria, com a correcta liderança do Governo da RAEM, e com o empenho de toda a população de Macau, conseguiram-se 20 anos de glória. O sucesso de Macau vai ficar, sem dúvida, na história, como parte importante do grande renascimento nacional.

Segundo, o Governo e os residentes enfrentarem e superarem em conjunto todas as dificuldades, pois nada é incontornável desde que haja determinação, tal como se verificou nas situações adversas durante a crise financeira, a epidemia de SARS e os tufões Aggapit e Mangkhut, em que todos se uniram para transformar essas crises em oportunidades. Celebrou-se o acordo CEPA com o Interior da China e criou-se o mecanismo de protecção civil para tornar as crises numa força motriz, com o Governo a desempenhar, bem e de forma empenhada, o seu papel de líder do rebanho.

Terceiro, o Governo tem prestado mais atenção aos residentes na redistribuição dos rendimentos e retirou ensinamentos da experiência para transformar medidas singulares de bem-estar social num sistema onde se congregam o sistema de segurança social, a habitação, a saúde, a educação, a formação de talentos e a prevenção e redução de catástrofes, deixando os residentes felizes por se sentirem parte integrante da sociedade, um fenómeno de que não há registo antes do Retorno.

Quarto, podemos ver que o Governo da RAEM concentrou o seu trabalho na melhoria da economia e promoveu o desenvolvimento integrado da economia regional. Hoje, o PIB per capita de Macau ocupa o segundo lugar a nível mundial; a taxa de desemprego é de apenas 1,8%; a política de diversificação adequada das indústrias tem surtido efeitos; e está-se a promover gradualmente uma base de intercâmbio cultural diversificado dentro da estratégia “Um Centro, uma Plataforma”, constituindo tudo isto uma base para o desenvolvimento económico a longo prazo. Através do CEPA, do “Parque de Cooperação Macau-Jiangsu”, do

programa de Parceria de Cooperação Pequim e Macau e das oportunidades de cooperação regional na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, Macau caminha rumo a um maior espaço de desenvolvimento e ao encontro de mais oportunidades. Por exemplo, o projecto da Grande Baía vai disponibilizar mais bases e centros para a prestação de serviços em diferentes cidades, desempenhando assim um papel activo neste projecto, o que será muito proveitoso para os jovens desenvolverem a sua carreira profissional na Grande Baía.

Quinto, sabemos que os jovens e os talentos são a esperança e a força motriz do desenvolvimento de Macau a longo prazo. O Governo da RAEM teve uma visão de longo prazo, pois desenvolveu muitos trabalhos, nomeadamente, a promoção do plano “Mil Talentos” e respectivas actividades; o hastear da bandeira nacional e a interpretação do hino nacional nas escolas; a organização de cursos sobre a Constituição e a Lei Básica nas instituições de ensino superior, entre outros, e ainda a promoção activa da educação dos jovens sobre o amor à Pátria e a Macau, contribuindo para o desenvolvimento das suas capacidades pessoais. Se os jovens forem fortes, Macau também será forte! Esta força irá contribuir para a estabilidade do princípio “um país, dois sistemas” e para a prosperidade e estabilidade a longo prazo da RAEM, desempenhando assim um papel importante.

Estes são apenas alguns dos êxitos alcançados pelo Governo da RAEM nos últimos 20 anos. E quanto ao futuro desenvolvimento de Macau, será abrangente e multifacetado. Com os alicerces implementados pelo actual Governo, acredita-se que o próximo irá guiar, de forma ainda melhor, o desenvolvimento de Macau rumo a uma maior prosperidade.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 16.12.2019

Após 18 anos, a Linha da Taipa do Metro Ligeiro entrou finalmente em funcionamento no 20.º aniversário do retorno à Pátria, revestindo-se de um grande significado. No primeiro dia de operação, surgiram situações como uma longa fila de espera e o excesso de carga, e houve um incidente com o mecanismo de segurança do sistema, o que levou à transferência de passageiros para outra composição, mas, em geral, o funcionamento foi satisfatório. A empresa do metro e o Governo devem proceder a uma revisão do funcionamento do primeiro dia, acompanhar os trabalhos desta fase experimental, e fazer a ligação entre o metro e os autocarros públicos, para elevar a taxa de utilização dos diversos transportes públicos e concretizar uma ligação sem ruptura. Devem ainda alargar, gradualmente, os benefícios da correspondência, estudar a criação de mais formas de pagamento das tarifas, incluindo o electrónico, e considerar incluir a localização do metro na aplicação móvel dos autocarros, para facilitar o acesso dos residentes e visitantes a esta informação, e aumentar a sua vontade de utilizar o metro.

É incontestável que o metro ligeiro exige um custo elevado, e não se pode recorrer apenas às receitas tarifárias para compensar os investimentos e o custo de exploração. Nas estações, não foi reservado espaço para comércio e assim não há rendimentos, o que agrava as dificuldades de exploração da Sociedade do Metro Ligeiro. Proponho ao Governo que considere, com base no conceito de “metro+”, aumentar os elementos turísticos e comerciais na exploração do metro ligeiro, em conjugação com os pontos turísticos nos arredores. Por exemplo, aproveitar o espaço para entrar em colaboração com as PME e associações culturais e criativas, instalar máquinas para venda automática de produtos, introduzir elementos culturais e criativos nas estações e carruagens, e lançar itinerários turísticos ao longo da linha do metro ligeiro. Tudo isto vai permitir aos visitantes sentirem a cultura de Macau ao apanhar o metro ligeiro, podendo os mesmos, depois da sua largada, efectuar uma viagem profunda na cidade. Isto vai contribuir para espalhar os benefícios do metro ligeiro até aos bairros antigos e às zonas turísticas. Há que maximizar os valores comerciais do metro ligeiro para impulsionar o fluxo de pessoas e o consumo, alargando a eficácia geral do respectivo sistema e reduzindo os défices, para apoiar o desenvolvimento das empresas e sectores envolvidos.

A rede do metro ligeiro vai continuar a estender-se, portanto, espero que o Governo assuma uma atitude séria para analisar os problemas surgidos na construção da linha da Taipa, aprenda com as lições, reveja os critérios de avaliação, acabe com a derrapagem orçamental e o atraso nas obras, e não cometa os mesmos erros na futura construção. O novo Governo deve definir o planeamento e a calendarização das futuras linhas, e cumpri-los rigorosamente. Além de concluir quanto antes a ligação à Barra e a linha de Seac Pai Van, é importante acelerar, de forma resoluta, a construção da linha leste e da ligação à

Ilha de Hengqin, para reforçar a cobertura e a interligação entre os postos fronteiriços das vias aérea, marítima e terrestre. Há que aumentar a capacidade e a eficácia do metro ligeiro, para potenciar as suas vantagens em termos de velocidade e triagem do fluxo de pessoas. Assim, o metro ligeiro vai dispersar o grande fluxo de pessoas nalguns postos fronteiriços, pois os passageiros podem escolher outros, aliviando a pressão do trânsito entre as Portas do Cerco e a Taipa, em particular na Ponte da Amizade, e diminuindo o número de autocarros turísticos. Assim, será alcançado efectivamente o objectivo dos transportes públicos em que o metro ligeiro desempenha o papel principal e os autocarros o papel complementar, e será resolvido o impasse no tráfego de Macau.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 16.12.2019

Proactivos para mais sucesso

O Conselho de Estado nomeou os titulares dos principais cargos do Quinto Governo e o Procurador, que têm, na sua maioria, formação em direito e administração pública, e mais de 20 anos de experiência na função pública, além das contribuições nas respectivas áreas e serviços, pelo que a sociedade deposita grandes esperanças no novo Governo.

No programa político “Sinergias e Avanços, Mudanças e Inovação”, o Chefe do Executivo eleito, Ho Iat Seng, defende 5 ideias essenciais: elevar o nível da governança pública, promover o desenvolvimento diversificado da economia, otimizar a eficácia das iniciativas em prol da qualidade de vida da população, reforçar a formação de talentos e criar uma base de cooperação cultural. Quanto à primeira, sublinha-se a importância dos aspectos: aprofundar a reforma da Administração Pública e elevar a eficiência; intensificar a implementação de um governo ímpoluto; elevar a consciência de servir dos funcionários públicos e reforçar a responsabilização dos governantes; implementar a transparência dos assuntos do governo e melhorar a qualidade na tomada de decisões; otimizar a utilização do erário público e melhorar a eficácia no âmbito das finanças públicas; prosseguir com a construção do sistema jurídico, reforçar a interacção e a cooperação entre Executivo e Legislativo, e salvaguardar o poder judicial independente; criar mecanismos de protecção civil e reforçar a segurança pública; melhorar o mecanismo consultivo e impulsionar a manutenção da democracia e do estado de direito. A falta de experiência, de conhecimentos profissionais e de capacidade de liderança é, desde logo, um obstáculo para alcançar o primeiro objectivo, para não falar dos outros. A nomeação dum chefe do Gabinete do Chefe do Executivo demonstra que uma das prioridades do próximo Governo vai ser o reforço da probidade. A criação dum governo defensor do estado de direito, transparente e eficiente, corresponde às solicitações da população, e é um bom início.

O vice-primeiro-ministro Han Zheng manifestou o desejo de a nova equipa governativa ser fiel ao País, tendo a coragem de assumir responsabilidades, sendo diligente e íntegra, e esforçando-se por elevar a capacidade e o nível de governação, e resolver os problemas relevantes que afectam o desenvolvimento a longo prazo de Macau. De facto, existem ainda muitos problemas que urgem ser resolvidos, sobretudo relacionados com a habitação, os transportes, a saúde, as garantias laborais, o fosso entre ricos e pobres, etc., assim, tendo em conta as expectativas do Governo Central e da população em relação ao novo Governo, este, se calhar, não vai ter um período de lua-de-mel ou de adaptação, devendo desempenhar quanto antes o seu papel, contribuindo activamente para o bem-estar da população.

Na futura governação, o novo Governo deve concretizar três pontos, a saber:

o primeiro é a “união”. Os funcionários públicos são a base importante para a acção governativa. Só com o estímulo da moral e vitalidade de mais de trinta mil funcionários públicos para o exercício das funções, é que é possível elevar a capacidade de execução e a credibilidade do Governo, concretizando uma boa governação; o segundo é a “proactividade”. Com a dedicação dos trabalhadores da função pública, o Governo deve aproveitar os diversos canais de comunicação para acolher as opiniões e a sabedoria da população, como fundamento para as políticas públicas e para a sabedoria da população ser reflectida na governação; o terceiro é a “autoconfiança”. O caminho em frente nunca é plano, por isso, é melhor fazer do que dizer. O novo Governo vai enfrentar diversos problemas e desafios na manutenção da prosperidade e estabilidade social, mas, se insistir em “um país”, aproveitar bem as vantagens do segundo sistema, ter por base a população, cumprir as suas promessas e acolher as opiniões e a sabedoria da população, certamente, poderá resolver as dificuldades, agradar à população e dar confiança à sociedade. Assim, a flor de lótus de Macau vai florescer de forma mais brilhante e encantadora.

IAOD da Deputada Chan Hong em 16.12.2019

Com o desenvolvimento na área da educação, Macau terá melhor futuro

Macau retornou à Mãe-Pátria há vinte anos. Sob o apoio da Pátria e com a governação pragmática do Governo da RAEM durante estes anos, o sector educativo esforçou-se por se desenvolver, contando com a colaboração de todos, e por formar talentos de alta qualidade, que se atrevam a assumir responsabilidades na nova era do desenvolvimento socioeconómico acelerado de Macau. Graças ao crescente amor pela Pátria e à coragem de distinguir o certo do errado por parte dos jovens, bem como à sua constante aprendizagem e criatividade, a educação de Macau conseguiu grandes êxitos. Tudo isto se deve à vitalidade e superioridade do princípio "Um país, Dois sistemas".

Segundo os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) de 2018, divulgados recentemente, promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), de entre os 79 países/economias participantes, o desempenho dos alunos de 15 anos, de Macau, nas literacias de leitura, matemática e ciências, posicionou-se no terceiro lugar; as três literacias dos alunos locais alcançaram o nível de aprovação do PISA, posicionando-se no segundo lugar mundial. A OCDE indicou que Macau é o único que tem apresentado um progresso contínuo e rápido, em termos de qualidade educativa. Trata-se dos melhores resultados obtidos pela RAEM desde o começo da sua participação no PISA em 2003, e a sua qualidade educativa foi reconhecida pela OCDE, o que merece o nosso orgulho e alegria. Após o Retorno à Pátria, o Governo e o sector educativo têm-se esforçado por desenvolver a educação e, com o aumento dos recursos educativos e o aperfeiçoamento constante da respectiva legislação e políticas, a reforma educativa foi bem-sucedida, e a qualidade educativa melhorou constantemente. Com o grande investimento na educação ao longo dos anos, o Governo recebe agora a sua retribuição, isto é, os bons resultados dos alunos locais, e muitos quadros qualificados que amam a Pátria e Macau constituem suporte para o desenvolvimento sustentável. Assim, a concretização da política de "promover a prosperidade através da educação e construir Macau através da formação de talentos" fortalece a confiança dos docentes no seu próprio trabalho e no futuro desenvolvimento da educação.

Macau encontra-se num período crucial para a promoção da diversificação adequada da economia, e é cada vez mais notória a necessidade de talentos com conhecimentos interdisciplinares e criatividade. Formar mais talentos corajosos e capazes de enfrentar o futuro, adequados ao desenvolvimento de Macau, é o objectivo e o rumo dos esforços das autoridades educativas e dos profissionais. Nesta nova era, exige-se uma melhor qualidade do ensino, e os professores têm uma grande responsabilidade e um longo caminho a percorrer. São eles o recurso crucial para o desenvolvimento da educação, e a base da prosperidade e revitalização do País, e da felicidade da população. Espera-se que os profissionais do ensino transmitam valores, amem a Pátria e Macau, e se aperfeiçoem, no

(Tradução)

sentido de contribuir, em conjunto com a sociedade, para a manutenção do princípio “Um País, Dois Sistemas” em Macau, a restituição do esplendor da Nação Chinesa e a concretização do “sonho chinês”. Espero que o Governo continue a dar prioridade à educação, reforce o investimento, promova a reforma e se esforce, em conjunto com os participantes na educação, por oferecer à sociedade um ensino de boa qualidade e satisfatório.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 16.12.2019

Segundo o Plano Quinquenal de Desenvolvimento (2016-2020), a estratégia de desenvolvimento da formação de talentos visa estabelecer um sistema de formação profissional variado e aberto, para aumentar o profissionalismo e as capacidades técnico-profissionais da população, e, por outro lado, deve-se incentivar as empresas a darem mais oportunidades de formação e promoção profissional aos seus trabalhadores. Pretende-se que, de 2019 a 2020, sejam concretizadas as medidas de formação de talentos a médio prazo, para que seja solidificada a base para a formação de talentos a longo prazo.

Os referidos objectivos correspondem ao desenvolvimento da diversificação adequada da economia e são orientações importantes para criar um espaço diversificado de desenvolvimento de emprego para os residentes, mas o seu resultado não é notório. Após a criação da Comissão de Desenvolvimento de Talentos, foram realizados alguns estudos, incluindo a lista de procura de talentos e o directório da escassez de talentos em diversos sectores, e implementado o “Plano de Acção Quinquenal do Programa de Formação de Quadros Qualificados a Médio e Longo Prazo em Macau”, mas a maioria destes trabalhos é de investigação e estudo, e algumas das medidas aplicadas são do tipo de financiamento simples, havendo, assim, carência de medidas para as áreas em que faltam talentos ou para responder às necessidades de talentos de diferentes níveis, mesmo em sectores com oportunidades de desenvolvimento. Por exemplo, há falta de cozinheiros de qualidade e de talentos da indústria da restauração, dos quais a “cidade gastronómica” depende; de profissionais do sector das tecnologias de informação, dos quais o posicionamento da “cidade inteligente” necessita, e, dos planos e medidas para formar talentos do sector financeiro, que se tem desenvolvido nos últimos anos, só há cursos básicos de formação, isto é, nunca houve um regime de formação nem as políticas de emprego respectivas, nem planos para a promoção do crescimento de talentos ou para o desenvolvimento escalonado de profissões diferentes. O novo Governo cria-se em breve e, com base nos estudos e investigações realizados, é necessário haver serviços responsáveis pela coordenação e o acompanhamento da formação de talentos, bem como políticas claras, para formar sistematicamente talentos qualificados ou profissionais em todos os sectores.

Por outro lado, o Plano Quinquenal propõe o estudo activo da política de importação de talentos. Mas, na realidade, há em Macau políticas de importação de mão-de-obra e o regime de imigração por fixação de residência dos técnicos especializados, que permite a importação adequada de quadros qualificados do exterior. Mas este regime apresenta lacunas na apreciação e fiscalização dos pedidos, e tem sido alvo de abusos e também de críticas da sociedade, portanto, há que ser aperfeiçoado e optimizado. Em Julho de 2018, o CCAC divulgou um relatório de investigação sobre a imigração por fixação de residência dos técnicos especializados, indicando a falta de rigor na apreciação e fiscalização dos pedidos de “imigração por investimentos relevantes” e de “imigração por fixação de residência dos técnicos especializados” pelo IPIM, o que resultou em situações de

“investimentos fictícios” e de “profissionais falsos”, tendo a sociedade apresentado várias opiniões e exigido várias vezes ao Governo que acompanhasse o assunto. Um ano depois, na resposta a uma interpelação de um deputado, o IPIM afirmou, em Agosto passado, que o novo método de avaliação tinha sido, preliminarmente, ajustado; e que, em 2018, tinha sido iniciada a revisão da lei e as respectivas análises e estudos. Mas, passado quase um ano e meio desde a publicação desse relatório, os trabalhos ainda não foram concluídos. Espero que o novo Governo acompanhe seriamente o assunto e aperfeiçoe, quanto antes, o respectivo regime, com vista a assegurar a importação de “verdadeiros talentos” para responder ao desenvolvimento económico, e que não se arrastem os trabalhos devido à mudança do Governo.

Por outro lado, nos últimos anos, a promessa do Governo de legislar e rever leis no âmbito laboral não foi cumprida no prazo previsto. Por exemplo, não foi possível concluir e concretizar, neste mandato, a regulamentação na Lei das Relações de Trabalho da sobreposição de feriados, da licença de paternidade e do aumento da licença de maternidade; não se sabe quando vão ter início a revisão e o aperfeiçoamento do mecanismo de recuperação dos salários; e, quanto ao combate ao trabalho ilegal, o aperfeiçoamento da lei sobre a segurança no trabalho, anunciado há muitos anos, tem sido adiado, sem data prevista, o que deixa as pessoas desapontadas. Espero que o novo Governo actue de forma activa e resolva os problemas.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 16.12.2019

Aproxima-se em breve o próximo mandato do Governo da RAEM, por isso a sociedade espera que este possa proceder a uma reforma no sentido de criar melhores condições, tanto para o desenvolvimento socioeconómico de Macau, como para o bem-estar da sua população. Acredita-se que o novo concurso para a concessão de licenças do jogo, um assunto que muito preocupa a sociedade, é uma das tarefas mais importantes do novo Governo. Ao longo dos últimos 20 anos, o acelerado desenvolvimento do sector do jogo criou novas oportunidades para o crescimento dos restantes sectores, trazendo grandes receitas fiscais para Macau, para além de proporcionar muitos postos de trabalho e oportunidades de ascensão profissional. A par disso, tais receitas contribuíram ainda para a construção urbana e o reforço dos benefícios sociais, trabalhos que o Governo tem vindo a promover. Mas, durante a liberalização do sector do jogo, devido a diversos factores externos e às condições socioeconómicas objectivas de Macau, não se esperava que o sector do jogo conseguisse resultados tão surpreendentes. Por isso, a política do jogo, a legislação e até o planeamento urbanístico definidos na altura não conseguiram acompanhar atempadamente o ritmo do desenvolvimento económico, deixando, assim, várias imperfeições.

Para isso, o Governo procedeu, em 2016, à revisão intercalar da liberalização do jogo, avaliando o impacto do sector na economia, sociedade e vida da população, e o funcionamento das concessionárias. Mas, como não foram apresentadas, neste relatório, sugestões globais e concretas sobre as futuras políticas do sector e condições para o próximo concurso das licenças, nem foram recolhidas as opiniões da sociedade, isso levou à falta de elementos de referência para a definição das condições desse concurso. Espera-se que o novo Governo inicie, o mais breve possível, os trabalhos de consulta e realize um relatório de revisão final sobre a liberalização do sector do jogo, com vista a dispor de uma análise suficiente para o novo concurso. Mais, não há um conjunto de critérios para a avaliação das responsabilidades sociais das concessionárias do jogo, o que, assim, leva a não existir critérios objectivos e adicionais para apreciar o número de mesas de jogo a autorizar, por isso sugiro ao Governo que, aquando da definição das condições para o concurso, se estabeleçam critérios para a autorização do número de mesas de jogo e critérios de avaliação das responsabilidades sociais das operadoras, com um sistema de pontuação para avaliar o grau de concretização, e estes factores serão também para apreciar os futuros pedidos de concessão de mesas de jogo e de licenças.

Desejo que o Governo tome como referência a experiência do passado e aproveite a oportunidade do novo concurso para a concessão de licenças para avançar com a regulamentação do regime de concessão de exclusividade de jogo, para o desenvolvimento desse sector se articular com os interesses gerais e a expectativa social. Enquanto sector pilar, a população activa no sector do jogo atinge 100 mil, e a política de emprego para esse sector é relevante para a

estabilidade e a harmonia sociais. Desejo que sejam melhoradas, continuamente, as condições de trabalho e as regalias dos operadores do sector, nomeadamente, as férias, os cuidados de saúde e a aposentação, e que sejam implementadas políticas amigas da família, a par de um esforço para manter em 85%, ou mais, o rácio dos trabalhadores locais no nível médio ou alto de gestão, tanto na área do jogo como na área não-jogo.

O imposto sobre o jogo é a principal fonte de receitas do Governo, por isso, a sua distribuição e o aproveitamento afectam o desenvolvimento económico e social, e a vida da população. De acordo com o regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino, as concessionárias do jogo devem atribuir, anualmente, uma contribuição não superior a 2% das receitas brutas de exploração do jogo a uma fundação pública que tenha por fim a promoção, o desenvolvimento ou a investigação cultural, social, económica, educativa, científica, académica e filantrópica; e a afectação anual de uma verba não superior a 3% das receitas brutas de exploração do jogo, destinada ao desenvolvimento urbanístico, à promoção turística e à segurança social. No futuro, após a reabertura do concurso público para a concessão do exclusivo da exploração de jogos, esse sector vai entrar numa nova fase. O Governo deve aprender com o passado e estabelecer um regime mais racional de distribuição e aplicação das receitas do jogo, aproveitando as vantagens do sector para impulsionar o desenvolvimento socioeconómico de Macau. Proponho o aumento da percentagem a transferir para o Fundo de Segurança Social, otimizando as garantias de aposentação dos residentes, e também a disponibilização de recursos para a criação de um Fundo de Acção Social na Indústria do Jogo, para apoio aos trabalhadores necessitados. De um modo geral, deve-se procurar o bem-estar da população e garantir a estabilidade a longo prazo da RAEM, e aproveitar o sector do jogo para promover diversas políticas favoráveis ao desenvolvimento social e à vida da população.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 16.12.2019

Há que aditar a indicação de “República Popular da China” ao Bilhete de Identidade de Residente de Macau

Este é o ano dos 70 anos do estabelecimento da nova China. Graças à força da Pátria e à solidariedade do povo, a qualidade da nossa vida melhorou imensamente, o que nos permite notar que, quanto mais forte o país, mais feliz o povo! Fazendo uma retrospectiva da história contemporânea, no âmbito da educação, o Movimento dos Intelectuais limitou-se a introduzir a mentalidade e as línguas do ocidente, sem reforçar o conceito educativo de patriotismo, e nem sequer o reconhecimento do país. Por isso, na altura da monarquia feudal, tal Movimento foi condenado ao fracasso.

Enquanto povo chinês, julgo que devemos retirar lições da experiência e nos inteirar da história do país, para que as agressões pelos países fortes e a secessão do país não se repitam. Os incidentes no território vizinho merecem a nossa ponderação. Este ano celebra-se o 20.º aniversário do retorno de Macau à Mãe-Pátria. Perguntemo-nos: a nossa mentalidade retornou completamente? Nos últimos anos, o Governo da RAEM esforçou-se, através de diversas formas, por promover a sensibilização do amor pela Pátria e por Macau, para que o reconhecimento do país e da nação fosse reforçado. Isto merece elogio! Mas, segundo um recente inquérito sobre o reconhecimento do país por parte dos jovens de Macau, efectuado por uma associação, apenas 72 por cento dos alunos inquiridos reconheceram ser “chineses”. Recentemente, a nossa equipa efectuou entrevistas em casa e, segundo informações da mãe de um aluno do 5.º ano, este perguntou-lhe depois das aulas: a Dinastia Qing faz parte da China? Sentiu-se assustada perante esta pergunta. Este caso demonstra que há ainda margem para melhorar o reconhecimento do país e os conhecimentos sobre história por parte da nova geração de Macau.

O nosso país está cada vez mais forte e próspero, e o nível do desenvolvimento económico de Macau aumentou constantemente, por isso, a identidade dos cidadãos de Macau e os seus conhecimentos de história devem ser correspondentes ao ritmo do desenvolvimento social. Em 28 de Fevereiro de 2018, apresentei uma interpelação escrita ao Governo, na qual afirmava que, no passaporte da RAEM e no bilhete de identidade de residente (BIR), apenas o primeiro tem a indicação nítida de “República Popular da China”, mas o BIR e o salvo-conduto não a têm. Apesar de estar impresso o emblema regional da RAEM no verso do BIR, trata-se apenas de um emblema regional, não estando aí escrita a indicação de “República Popular da China”. Mas, a partir de 1 de Junho deste ano, o salvo-conduto já passou a ter a indicação de “Serviços de Gestão de Migração da RPC”.

(Tradução)

Por isso, ao aproximar-se o vigésimo aniversário do retorno à Pátria, proponho ao Governo, mais uma vez, nesta Assembleia Legislativa, que insira a indicação de “República Popular da China” no BIR, tal como acontece com o passaporte da RAEM e o salvo-conduto, para que cada residente possa, através desta prática, conhecer melhor a sua identidade nacional e reforçar ainda mais a sua consciência de identidade como “chinês”.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 16.12.2019

Balanço da experiência da construção do Metro Ligeiro para preparar melhor a futura construção

A Linha da Taipa do Metro Ligeiro entrou oficialmente em funcionamento, e, durante este mês, o serviço é grátis para todos os cidadãos, que finalmente conseguem andar de metro e concretizar o sonho de vários anos. O Metro inicia uma nova história do transporte ferroviário de Macau e é um evento relevante para a nossa cidade. É de crer que contribua para aumentar a razoabilidade da organização das redes de trânsito e para facilitar as deslocações dos cidadãos, elevando a sua felicidade.

Olhando para todo o processo de construção do Metro Ligeiro, que durou vários anos, registram-se sucessivas suspensões e retomas, bem como estagnação. Esta construção foi uma novidade para Macau, não havia nem experiência nem base de partida, faltaram referências para estudo, portanto, foi um enorme desafio para uma equipa de construção jovem. O que se pode dizer destes longos anos de construção, é que se foi fazendo experimentando. Os serviços responsáveis e os vários trabalhadores da linha da frente, com o suor do seu rosto, esforçaram-se nesta tarefa, e a entrada em funcionamento do Metro demonstra que esses esforços valeram a pena. A história e a verdade são a melhor prova disto.

Claro que, no processo de exploração e avanço, existem muitas deficiências, e o espaço para melhorias também é muito grande. No passado, durante a construção do metro ligeiro, os problemas de excesso de despesas orçamentais e de horas de trabalho, entre outros, foram levantados com frequência. Perante estes problemas, os residentes, para além de ficarem surpreendidos, também tiveram muitas dúvidas! E no que respeita a estas dúvidas, o Governo não pode esquivar-se das suas responsabilidades, antes pelo contrário, deve enfrentá-las calmamente. São muitos os factores que causam estes problemas, nomeadamente a falta de coordenação interdepartamental e a má concepção do planeamento, o que levou a que as obras do metro ligeiro se transformassem num tema fulcral a nível mundial. Seja como for, existem já certas insuficiências, portanto, o Governo deve aprender com a experiência, alterando o seu estilo de trabalho e aperfeiçoando os mecanismos, para criar um novo caminho na área da construção em Macau.

Com a entrada em funcionamento da linha do metro ligeiro na Taipa, criou-se uma nova conjuntura para as empreitadas do metro, que foram alvo de críticas. É natural os residentes e passageiros apresentarem críticas e elogios, mas, seja como for, o próximo passo é a fase de exploração, portanto, há que continuar a fazer balanços com base na experiência adquirida, acumular mais experiência, proceder ao acompanhamento e desenvolver bons trabalhos posteriores, elevar gradualmente o nível de profissionalização, continuar a acumular experiência com

as novidades e elevar a qualidade, para que os cidadãos possam usufruir de serviços de metro com qualidade, tudo isto para preparar melhor o aperfeiçoamento geral dos transportes ferroviários de Macau. Face a isto, toda a população aguarda pelos resultados.

A ideia de se estender o Metro Ligeiro ao posto fronteiriço da Ilha de Hengqin já foi lançada há vários anos, mas o ritmo de desenvolvimento dos respectivos trabalhos é lento. Recentemente, as empreitadas do posto fronteiriço da Ilha de Hengqin e do correspondente centro modal de transportes já foram concluídas, também entrou em funcionamento a linha da Taipa, por isso, a extensão da linha do metro ligeiro ao posto fronteiriço de Hengqin passou a ser uma tarefa urgente. Assim sendo, espera-se que o Governo da RAEM acelere os trabalhos de planeamento e de construção, para que a linha do metro ligeiro da Taipa possa estender-se a Hengqin o mais rápido possível, com vista à concretização da ligação sem obstáculos ao sistema ferroviário de alta velocidade do Interior da China, que vai contribuir para Macau se integrar melhor no desenvolvimento do país e para participar conjuntamente no desenvolvimento da Grande Baía.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 16.12.2019

Ter coragem para lançar acções governativas carinhosas e esclarecer os pormenores do planeamento da habitação pública

A política de “habitação para todos, bem-estar para todos” é o objectivo das acções governativas, e a sua implementação é alvo da atenção da sociedade. No entanto, problemas como a baixa oferta de habitação económica e a lentidão na assinatura das escrituras públicas fazem com que muitas famílias da camada de base e da classe média continuem a ter dificuldades em adquirir casa. Assim sendo, o Governo anunciou, no mês passado, a abertura de um concurso para a habitação económica e divulgou os respectivos requisitos. Depois dessa abertura, surgiram longas filas no Instituto de Habitação (IH), o que demonstra a necessidade urgente dos residentes quanto à habitação económica. Só foram disponibilizadas 3 mil e tal fracções, assim, face ao problema de “muitos bonzos para pouca canja” e ao facto de o concurso seguir a Lei da habitação económica em vigor, é de crer que se vão registar os mesmos problemas do concurso de 2013, ou seja, a distribuição errada de tipologias, o longo tempo de espera e as famílias compostas por apenas um membro não conseguirem obter casa.

O Governo comprometeu-se solenemente a construir mais de 30 mil habitações públicas na Zona A e na Avenida Wai Long, pelas quais a sociedade já espera há muito tempo. No entanto, até ao momento, nada se ouviu sobre os planos de construção, as medidas complementares, os projectos de concepção e a calendarização para os respectivos concursos e a ocupação de fracções, situação que deixa os cidadãos perplexos. Alguns planos sofreram constantes alterações e atrasos, afectando gravemente o andamento das obras, adiando a ocupação de fracções, o que até resultou em situações de concepção sem acompanharem a evolução dos tempos. Por exemplo, o caso do Edifício do Bairro da Ilha Verde, em que a concepção, a realização dos concursos e a construção demoraram mais de 10 anos, daí a sua concepção estar bastante desactualizada, sendo alvo das críticas dos cidadãos.

“O diabo está nos pormenores”. Assim, espero que o novo Governo altere o estilo de atrasos com fundamento em “estudos e consultas”, seja efectivamente responsável nas suas acções governativas, e defina, quanto antes, soluções de apoio à “classe sanduíche” na aquisição de habitação própria, para que a população possa planear melhor a sua vida, evitando-se, assim, a repetição do caso das 19 mil habitações públicas.

Embora no recente concurso só tenham sido oferecidas 3 mil e tal habitações económicas, espero que nos respectivos procedimentos administrativos sejam tidos em conta os factores humano e científico, nomeadamente com recurso ao Governo inteligente, em que, através da partilha de dados interserviços, sejam reduzidas as formalidades de preenchimento dos dados. Para os cidadãos que já

se candidataram, pode-se optar pela actualização de parte dos dados e das declarações, sem necessidade de novo preenchimento. Isto pode, por um lado, facilitar a vida à população, e por outro, atenuar o trabalho do pessoal administrativo da linha da frente.

Segundo consta, há ainda muitos idosos com problemas de mobilidade que moram em prédios antigos sem elevadores, e o ambiente desagradável e as más condições de segurança já resultaram em quedas e ferimentos na subida e descida das escadas. Segundo alguns idosos, a renovação urbana vai demorar muito tempo no que respeita à coordenação, troca de habitações, construção de habitações, etc., e até ao momento ainda nada avançou. Assim, não se sabe se vão morrer antes de verem concretizada a renovação urbana! Esses idosos desejam trocar as suas propriedades por habitações sociais com elevadores, e desejam que o Governo considere esta possibilidade assumindo uma postura humanista.

Desejo que o Governo responda, directamente, às exigências dos idosos que moram em prédios antigos sem elevadores, e que, através de projectos-piloto, implemente a troca de habitações, para melhorar a qualidade de vida desses idosos e para que estes possam sentir mais humanismo por parte do novo Governo.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 16.12.2019

Esclarecimentos sobre os meios de transporte ferroviários para alívio da pressão dos transportes colectivos

A Linha da Taipa do Metro Ligeiro entrou em funcionamento em Outubro. Isto significa uma nova fase da construção do transporte ferroviário de Macau, que durou mais de dez anos de concepção, estudos, design e construção. Apesar dos obstáculos e críticas de diversos níveis ao longo da sua construção, a sociedade deposita imensas expectativas nas funções que esse transporte ferroviário vai assumir, sobretudo como é que será a sua articulação com os demais transportes públicos para facilitar as deslocações.

Durante estes dias, o Metro Ligeiro tem funcionado normalmente. Contudo, como faz parte dos transportes públicos, o que preocupa mais os cidadãos é a sua conveniência, a congruência e o seu papel na melhoria da situação do trânsito. Segundo várias opiniões, há falta de articulação com o “Macau Pass” para a aquisição de bilhetes, e é necessário aperfeiçoar as ligações entre o Metro Ligeiro e os táxis e autocarros. O mais importante é saber se o papel do Metro no alívio da pressão do trânsito vai ser inútil devido à excessiva sobreposição de serviços, pois o trajecto da Linha da Taipa coincide com várias carreiras de autocarros públicos e *shuttle buses*, questão que merece coordenação e estudos das autoridades. Por isso, sugiro às autoridades que reforcem a coordenação com as empresas de autocarros, aperfeiçoando as ligações entre os trajectos do Metro Ligeiro e dos autocarros, sobretudo no caso dos autocarros que fazem a ligação com a Península de Macau. Há também que disponibilizar modalidades de pagamento mais convenientes, para que as formas de pagamento sejam compatíveis com os diversos transportes públicos. Mais, há ainda que atribuir benefícios para a correspondência entre o Metro e os demais transportes públicos, e, através de diversos factores, tais como, a conveniência, a rapidez e o preço razoável, criar uma experiência de deslocações com qualidade, orientando os cidadãos para adquirirem o hábito de usar o Metro nas suas deslocações. Quanto ao facto de o trajecto do Metro coincidir com as carreiras dos *shuttle buses* dos casinos ou hotéis no Cotai, como, por exemplo, as que vão para o Terminal Marítimo da Taipa e para o Posto Fronteiriço da Flor de Lótus, as autoridades devem coordenar-se com as operadoras respectivas, para que o Metro assuma melhor o seu papel dominante em relação aos transportes nas Ilhas, reduzindo-se a actual pressão do trânsito.

Além disso, o Governo não é claro em relação ao posicionamento do Metro no sistema de transportes públicos. Na “Política Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020)” foi lançada a ideia de o metro ligeiro assumir a predominância nos transportes públicos, mas a sociedade desconhece neste momento se esta ideia vai continuar a ser implementada. Também o relatório da revisão intercalar da referida política e as respostas dadas pelos dirigentes do Governo no passado não mostram que se vai assumir visão de futuro e

desenvolver trabalhos sobre o futuro do metro ligeiro. Os trabalhos sobre os traçados do metro ligeiro originalmente previstos ainda estão numa fase de concepção, neste momento, só existe a linha da Taipa, por isso, o metro ligeiro dificilmente conseguirá assumir o seu papel no alívio do trânsito. Assim sendo, há toda a necessidade de, tendo em conta a realidade, auscultar, o mais cedo possível, as opiniões da sociedade, no sentido de se chegar a um consenso sobre o traçado do metro ligeiro na península de Macau. Mais, as empreitadas da construção das habitações económicas na Zona A dos novos aterros vão começar, por isso, as obras do metro para a ligação entre as Portas do Cerco e a Zona A devem ser efectuadas rapidamente. Em termos de longo prazo, essas obras vão contribuir para a oferta de mais opções aos cidadãos e turistas nas deslocações entre a península de Macau e o Cotai; o mais importante é o metro ligeiro contribuir para a ligação às novas zonas e para aliviar os problemas do trânsito na península de Macau e a pressão dos transportes colectivos.

No passado, as questões relacionadas com o excesso de despesas e com os atrasos nas obras do metro ligeiro foram alvo de críticas da sociedade, e recentemente, o Governo voltou a afirmar que a ligação da Taipa à Barra e o centro modal de transportes são obras de grande envergadura que verificaram atrasos graves de 35,3%, e que o montante da adjudicação excedeu 4,5% atingindo mil, 238 milhões de patacas. O Governo deve fazer um balanço rigoroso com base na experiência adquirida, e dar um passo em frente no reforço dos trabalhos relacionados com os concursos públicos, adjudicação, e controlo eficaz da qualidade e dos custos das obras, para que os cidadãos tenham mais confiança na construção do metro ligeiro.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 16.12.2019

Este ano, a RAEM faz 20 anos, e os titulares dos principais cargos do quinto Governo vão iniciar funções no próximo dia 20. Ao longo dos 20 anos do estabelecimento da RAEM, a economia local desenvolveu-se rápida e robustamente, e o nível de vida dos residentes também se elevou bastante. O PIB *per capita* de Macau está nos primeiros lugares mundiais, impressionando todos. Mas, por detrás dos maravilhosos resultados registados nas receitas do jogo, Macau continua a enfrentar diversos problemas sociais, por exemplo, os preços da habitação, a taxa de inflação e as rendas muito elevadas, dificuldades na marcação de consultas médicas, engarrafamentos de trânsito e falta de recursos humanos, assim, o novo Chefe do Executivo vai ter de assumir grandes responsabilidades, e os residentes depositam muitas expectativas no novo Governo, esperando que os seus membros continuem a auscultar as opiniões da sociedade e respondam às solicitações com novas políticas e medidas concretas.

Primeiro, a administração pública nunca conseguiu acompanhar o desenvolvimento socioeconómico. Problemas como a baixa eficiência administrativa e a falta de coordenação interserviços não foram resolvidos ao longo dos anos, o que impede que a vida dos residentes seja mais facilitada e desfavorece a criação de um bom ambiente de negócios. Assim, existe ainda grande espaço para a melhoria do desempenho da administração pública. Espera-se que o novo Governo efectue melhorias ao nível dos recursos humanos e do mecanismo de comunicação interserviços, reforme o regime e a estrutura administrativa, para elevar a eficiência administrativa, reveja, gradualmente, as leis desactualizadas, e lance mais políticas e medidas favoráveis à vida da população de Macau, para a servir.

Segundo um inquérito efectuado, a habitação é uma das questões que atrai mais a atenção dos residentes, e é também uma questão social profunda que o Governo não tem conseguido resolver. Os recursos de terrenos em Macau são extremamente escassos, logo, o novo Governo deve aproveitá-los, racionalmente, para, de forma equilibrada, responder às necessidades habitacionais das diversas camadas sociais, proporcionando-lhes habitações adequadas, concretizando, quanto antes, a “renovação urbana”, melhorando a qualidade de habitação e resolvendo o problema inerente a esta.

Para além disso, os problemas sociais relacionados com transportes, saúde, protecção dos idosos e educação continuam por resolver. Na procura de oportunidades para o desenvolvimento económico, o novo Governo deve reforçar a resolução dos problemas sociais e da vida da população, reorganizar e distribuir de forma mais científica os recursos sociais, e definir e concretizar os diversos planos que se coadunam com o desenvolvimento a longo prazo de Macau, para os residentes poderem partilhar verdadeiramente dos frutos do desenvolvimento económico, pois só assim é possível promover a concretização com sucesso do princípio “um país, dois sistemas”, e reforçar os sentimentos de pertença e reconhecimento.

Creio que, sob a liderança do novo Governo e com a atenção e o apoio do

(Tradução)

Governo Central, será possível criar, em conjunto, um futuro melhor para Macau!

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 16.12.2019

Faltam alguns dias para a celebração do vigésimo aniversário do estabelecimento da RAEM. O Chefe do Executivo, Chui Sai On, esteve neste hemiciclo, no mês passado, para fazer o balanço das acções governativas nos últimos 10 anos. Todas as semanas, os dirigentes do Governo deslocam-se à Rádio Macau para fazer um balanço dos trabalhos realizados durante os últimos 10 anos e responder às perguntas do público. A atitude dos dirigentes melhorou significativamente, face à de há 20 anos. Estes balanços demonstram que o Governo implementou as suas acções de forma eficaz. Mas as gentes de Macau, ao reconhecerem o mérito político do Governo, esperam que os problemas acumulados ao longo dos anos sejam resolvidos. Muitos dos problemas que se colocam este ano não são novos, pois já foram levantados há 10 ou 20 anos. Os problemas profundos mantêm-se, tornando-se cada vez mais profundos. Espero que o novo Governo possa elevar a sua capacidade de execução e resolver os problemas pendentes, que impedem que Macau liberte as suas maiores potencialidades.

A Linha da Taipa do Metro Ligeiro, que entrou em funcionamento recentemente, pode ser um exemplo simbólico para ilustrar os problemas da RAEM. Por exemplo, no dia dessa entrada em funcionamento, a cerimónia decorreu com êxito, mas, menos de meia hora depois, devido a um alerta de segurança do sistema de controlo, os passageiros tiveram de ser transferidos para outra carruagem, e as pessoas já estavam a dizer: só agora entrou em funcionamento e já há uma “avaria”. Alguns especialistas que conhecem bem este tipo de transporte referiram que, nos testes anteriormente efectuados, não transportaram passageiros, por isso, suspeita-se que não tenham realizado um “loading test”, não se tendo previsto, assim, o referido excesso de peso. Caso esta suspeita for correcta, isso significa que há falta de profissionalismo e de experiência dos trabalhadores. A construção do Metro Ligeiro foi sugerida pouco depois da transferência de soberania, mas, durante grande parte deste tempo, o Metro Ligeiro viveu sob “uma nuvem negra”, dificultando o seu funcionamento. Isso também reflecte, em certa medida, as diferentes contradições e dúvidas no seio da sociedade, fazendo com que as pessoas de Macau se tornem mais “pragmáticas”. As perspectivas iniciais eram magníficas, mas, na sua concretização, descobriu-se que eram apenas ideais, porque houve dificuldades inesperadas: adiamento das obras e problemas técnicos na concepção; processos judiciais que se arrastaram sem fim, após a adjudicação; frequentes conflitos na cooperação entre serviços públicos diferentes; e data imprevista para a conclusão da linha de Macau, isto porque, na fase da concepção, surgiram muitas opiniões divergentes na sociedade, por exemplo, perturbações sonoras devido à proximidade das habitações ou redução da utilidade devido à longa distância em relação às zonas mais movimentadas, etc... Um plano prospectivo naquela altura foi, finalmente, arrastado, devido a disputas de itinerários, a uma alteração orçamental e a processos judiciais, o que demonstrou as deficiências

nos trabalhos de consulta, a atitude hesitante nas decisões por parte do Governo, e a existência de litígios ao nível jurídico, de gestão de pessoal, de administração e de opinião pública. Tudo isto aconteceu nas obras do Metro Ligeiro e parece uma miniatura das acções governativas dos últimos 20 anos, após o Retorno. Houve problemas na entrada em funcionamento do Metro Ligeiro e, seja qual for a causa, espero que o Governo possa estar mais atento à situação.

O problema do Metro Ligeiro reflecte que há um enorme espaço para melhoria em várias vertentes: previsão na fase inicial, coordenação das opiniões da população, eficiência na execução, colaboração dos serviços públicos, conhecimento jurídico, etc. Estes problemas não desaparecem sem mais nem menos com a entrada em funcionamento da Linha da Taipa. O Governo tem de reflectir sobre as lições obtidas nas obras do Metro Ligeiro. Em relação às futuras Linhas da Barra e de Seac Pai Van, e Linha Leste e Linha de Macau, há que planear com prudência e executar as obras com rapidez, para que o Metro Ligeiro se desenvolva a um ritmo certo e tudo corra bem.

O Metro Ligeiro vai levar ao aparecimento de vários desafios para o Governo. O primeiro é a renovação urbana. Desde a apresentação da ideia de reordenamento dos bairros antigos em 2005, até à mudança dessa ideia para renovação urbana, já se passaram 14 anos. Neste intervalo, o assunto não passou de estudos após estudos e de auscultação após auscultação, ou seja, só “palavras apregoadas”. Se o assunto continuar em fase de discussão, sem uma decisão, provavelmente vamos repetir os passos que já demos nos últimos 20 anos. O próximo Governo tem de ter força e capacidade, e actuar com pragmatismo em relação ao assunto, atrevendo-se a assumir responsabilidades. Só com muita paciência e atenção é possível resolver os problemas, pois as gentes de Macau já estão cansadas de só ouvir falar.

Aproxima-se a mudança de mandato e espera-se que o novo Governo aprenda com as experiências e lições retiradas dos últimos 20 anos, que os seus colaboradores íntegros, pragmáticos e dotados de poderes, conheçam as suas responsabilidades, e que o Governo e a sociedade unam esforços para concluir, efectivamente, todos os trabalhos, em prol do bem-estar da população de Macau.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 16.12.2019

Atender aos resultados do inquérito, parar de atrasar a legislação sobre “terras de Macau para as gentes de Macau nos novos aterros”, e aumentar a oferta de apartamentos

No dia 27 de Novembro, durante a sessão para as interpelações orais na Assembleia Legislativa, o Governo apresentou as conclusões preliminares do inquérito por telefone sobre a política “terras de Macau para as gentes de Macau”: mais de 78% dos residentes inquiridos estão a favor da política para apoiar a população na aquisição de casa, mais de 90% concordam com a limitação de as casas construídas ao abrigo da política só serem vendidas a residentes permanentes de Macau, e 39% consideram que para resolver o problema habitacional, é premente aumentar a oferta de habitação, em vez de definir a referida política. Muitos residentes de Macau transmitiram-me as suas preocupações em relação ao Governo, de este aproveitar o inquérito como pretexto para atrasar e, assim, arruinar este processo legislativo.

É de salientar que há que definir, quanto antes, a política “terra de Macau destinada aos residentes de Macau” na nova zona de aterros, para concretizar o motivo que levou o Governo Central a autorizar os aterros, isto é, para dar resposta às necessidades habitacionais dos residentes de Macau. Essa política deve ainda passar a mecanismo eficiente de longo prazo para a valorização dos recursos de solos e para apoiar os residentes na aquisição de habitação. Há que dar resposta urgente às necessidades habitacionais dos residentes, e a forma mais simples é, sem dúvida, construir habitações públicas de imediato e em grande número, enquanto a política “terra de Macau destinada aos residentes de Macau” nos novos aterros é um mecanismo eficiente de longo prazo para, em articulação com a habitação social e económica, apoiar os residentes na aquisição de habitação e elevar a sua qualidade de vida.

Depois de vários debates na AL e de um estudo específico realizado por um serviço específico, o Governo da RAEM deve confirmar que, face à recuperação sucessiva de um grande número de terrenos desaproveitados e à conclusão dos novos aterros urbanos, a aplicação da política novos aterros urbanos para as gentes de Macau não roubará, de modo algum, habitações sociais e económicas, antes pelo contrário, pode articular-se com o desenvolvimento da habitação pública e incentivar os residentes a adquirirem imóveis em Macau. A criação, com a maior brevidade possível, de um regime jurídico sobre os “novos aterros urbanos para as gentes de Macau” tem por objectivo respeitar os princípios da economia livre e da propriedade privada, e antes de se aprovar qualquer projecto para a construção de edifícios privados e no pressuposto de não se violarem direitos e interesses adquiridos, deve estabelecer-se, quanto antes, um regime para limitação da aquisição de propriedades nos novos aterros, para se evitarem

atrasos no desenvolvimento do plano urbanístico dos novos aterros, por isso, não se deve continuar a atrasar, sob qualquer pretexto, a criação desse regime jurídico.

Reitero que o Governo deve promover, em simultâneo, o aumento urgente da oferta de habitações para responder às necessidades habitacionais (incluindo a reserva imediata de terrenos para a construção acelerada das 28 mil habitações sociais e económicas na zona A dos novos aterros) e a criação atempada de um regime jurídico (para assegurar que as fracções privadas e públicas nos novos terrenos poderão ser transferidas, nos termos da lei, para o mercado privado, tratando-se de recursos para incentivar as gentes de Macau a adquirir imóveis locais) para consolidar a confiança dos cidadãos na aquisição de imóveis em Macau.

IAOD do Deputado Au Kam San em 16.12.2019 Suprir as insuficiências e aperfeiçoar a protecção dos idosos

Segundo o artigo 39.º da Lei Básica da RAEM “[o]s menores, os idosos e os deficientes gozam do amparo e protecção da Região Administrativa Especial de Macau”. Assim, definimos o Regime jurídico de garantias dos direitos e interesses dos idosos e os planos de serviços para eles. Em termos objectivos, no que respeita à protecção e aos cuidados que o Governo presta aos idosos, embora dificilmente se possam considerar satisfatórios, não se pode dizer que sejam muito maus. O regime de protecção de idosos e os cuidados de saúde gratuitos são os aspectos mais aperfeiçoados.

Mas há ainda algumas insuficiências na vertente dos cuidados para idosos, das quais se destaca a falta de vagas nos lares. Macau está a encaminhar-se para uma sociedade envelhecida, assim, é inevitável que os idosos representem uma proporção cada vez maior. Devemos apelar ou até adoptar políticas para incentivar os idosos a viverem com familiares, promovendo a “prestação de cuidados pela família e manutenção dos idosos no domicílio”. Mas, independentemente das medidas e incentivos a adoptar, há sempre uma parte dos idosos que precisa de serviços dos lares, sobretudo os idosos sem capacidade para tomarem conta de si próprios ou os que necessitam de apoios médicos profissionais mais intensivos, pois, nestes casos, a prestação de cuidados pela família, assumida pelos filhos ou familiares, pode ser insuficiente, daí que a opção pelos serviços dos lares se torne obrigatória, para lhes assegurar os cuidados adequados. Os lares de idosos subsidiados pelo Governo ou os serviços prestados directamente pelo Governo apenas contam com 2400 vagas, número notoriamente insuficiente, pois existem já 800 a 900 idosos em fila de espera. Segundo o plano das autoridades, só em 2022 é que as vagas atingem 2600, isto é, apenas um aumento de 200 em três anos. Isto está muito aquém das necessidades reais, assim, alguns idosos nem conseguiram aguardar pela sua vez e já deixaram este mundo, ou há que esperar um rápido falecimento dos utentes dos lares para os idosos à espera serem admitidos. Perante os abundantes recursos que o Governo possui, a imoralidade e a ignorância em relação às necessidades dos idosos são inadmissíveis. Para além dos actuais planos, em termos do planeamento a médio e longo prazo, nomeadamente, no que respeita aos terrenos que vão ter habitações públicas, tais como, a zona A dos Novos Aterros e a Avenida Wai Long, há que planear um número suficiente de lares para idosos e para deficientes. Isto vai ser feito? A curto e médio prazo, será que se vai canalizar terrenos para construir mais lares para idosos e para deficientes? Até Setembro deste ano, havia mais de 70 terrenos cuja concessão foi declarada caducada de acordo com a lei e, de entre estes, já foi concluído o processo de recuperação de 23 terrenos, com uma área superior a 230 m². As autoridades devem destinar, de imediato, alguns terrenos adequados para construir, quanto antes, lares para idosos ou para deficientes, para aliviar a pressão resultante da grave falta de lugares nos lares de idosos.

Outra questão é a pensão para idosos. O seu valor (vai aumentar de 3630 patacas por mês para 3740 patacas em 2020) foi alvo de críticas por não atingir o índice mínimo de subsistência, por isso as pessoas receiam a possibilidade de virem a sofrer na velhice. Temos pedido ao Governo para considerar quanto antes a transferência das receitas do jogo da Fundação Macau para o FSS, para transportar “água” para salvar os idosos. Esta intervenção dá mais importância aos idosos que aderiram ao regime voluntário de pagamento das contribuições após 2011. Eles foram admitidos ao pagar de uma só vez as “contribuições retroactivas”, no valor de 180 meses. Mas, mesmo que tivessem pago as contribuições depois daquelas, o certo é que só vão conseguir receber uma pensão que ronda as duas mil patacas, ou seja, dois terços do valor do índice mínimo de subsistência, difícil para sobreviver. Os serviços competentes nunca deram a devida atenção à insuficiência de garantias na terceira idade, ignorando-a. Talvez, no seu entender, como essas pessoas não podiam pagar antes as contribuições, é natural que agora não possam receber a pensão, e terem autorizado o pagamento dessas contribuições já foi uma “graça do rei”. O montante da pensão ser ou não suficiente é outra questão, que não é da responsabilidade do Governo. O problema é que esses idosos serviram a sociedade de Macau durante dezenas de anos e só por simples razões de regime é que não pagaram as contribuições antes de 2011. Assim, não devem ser discriminados. Sob o artigo 39.º da Lei Básica, devem gozar do mesmo tipo de protecção social como os demais, e não se deve continuar a “fabricar” uma outra discriminação.

É de referir que, a partir de 2011, se os idosos a quem foi permitido pagar as ditas contribuições de 180 meses tivessem optado pela referida pensão, só recebiam metade, mas, pelo contrário, se tivessem pago continuamente as contribuições, até agora já teriam completado os 9 anos de pagamento, por isso, só falta pagar as de 72 meses para conseguirem receber integralmente a pensão. Tendo em conta o princípio da igualdade, os serviços competentes devem permitir que os idosos que sofreram discriminação pelo regime de então, e que não conseguiram efectuar o pagamento das contribuições antes de 2011, possam pagar mais uma vez as “contribuições retroactivas” dos 6 anos que faltam, para que todos os idosos possam receber, o mais cedo possível, a mesma pensão, e serem respeitados e cuidados em pé de igualdade.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 16.12.2019

A recente entrada em funcionamento da Linha da Taipa do Metro Ligeiro, atraiu um grande número de cidadãos. No entanto, logo no primeiro dia registou-se uma avaria que provocou grandes filas de espera em algumas estações; alguns passageiros criticaram a confusão na reacção dos responsáveis, e o Governo afirmou, posteriormente, que ia rever a operação daquele primeiro dia. O Metro Ligeiro é o primeiro sistema de transporte colectivo de grande envergadura em Macau, constitui um marco para o sistema de transportes públicos de Macau, e simboliza a introdução de mais um meio de transporte, além dos táxis e autocarros, moderno e de grande envergadura no sistema de transportes colectivos. Macau nunca teve experiência na gestão de um sistema de transportes de grande envergadura, por isso, a ocorrência de uma avaria no primeiro dia pode ser uma boa experiência. Quanto ao funcionamento do metro, as autoridades devem assegurar o aumento contínuo da capacidade de gestão e de resposta, e aperfeiçoar o mecanismo de fiscalização.

O metro vai transportar diariamente muitos passageiros, por isso, como garantir a sua mobilidade e segurança é parte importante da operação deste sistema. Para garantir uma operação segura, é necessário proporcionar formação profissional e contínua aos trabalhadores, rever e actualizar o sistema de gestão de segurança, definir planos adequados de tratamento de avarias e situações de emergência para responder às diversas situações que possam surgir, definir medidas de prevenção, de resposta e de recuperação, para responder rápida e eficazmente às situações de emergência que possam surgir, por exemplo, como evacuar os passageiros para locais seguros ou transferi-los para outros meios de transporte em caso de avaria.

Para a maximização dos efeitos do metro ligeiro enquanto transporte de massas, há que concluir, quanto antes, as ligações extensivas, especialmente a linha da península de Macau. As ligações rodoviárias entre Macau e Ilhas já estão saturadas, e não se sabe quando vão estar concluídas as obras da Linha de Macau, pois a realização dos respectivos estudos e as obras levam anos. Já foi anunciada a construção da 4.^a e 5.^a ligação Macau-Taipa, mas entretanto surgiram problemas de qualidade nas pontes, nomeadamente na Ponte da Amizade, portanto, há que acelerar as obras de construção da linha da Barra e da linha de Macau, para se poder aliviar a pressão do trânsito em Macau e das pontes que ligam Macau e a Taipa, e deixar que o metro máxime os seus efeitos enquanto transporte de massas. A sociedade está muito preocupada com as futuras políticas do Governo no âmbito do desenvolvimento do metro ligeiro.

Tanto na tomada de decisão e supervisão, como no projecto dos itinerários, faltou determinação ao Governo, portanto, os residentes esperam que os serviços competentes preparem melhor os trabalhos, para se dar uma nova conjuntura ao metro. Esperam ainda que o Governo, com base em dados científicos, projecte proactivamente e com razoabilidade o respectivo traçado do metro, e que, através

(Tradução)

da divulgação de informações, permita que os residentes fiquem a conhecer melhor o andamento das obras, os planos futuros e a calendarização das obras, para que o metro corresponda às reais necessidades da sociedade e ao posicionamento de Macau como centro mundial de turismo e de lazer.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 16.12.2019

Vinte anos de história de Macau - Quando é que as gentes de Macau voltam a ser protagonistas?

Vinte anos após o estabelecimento da RAEM, a exploração e a implementação do modelo “Um país, dois sistemas, Macau governada pelas suas gentes e alto grau de autonomia” deveriam estar ainda em curso. No entanto, parece que já houve uma conclusão por parte do Governo Central, que manifestou a intenção de mostrar ao mundo a “implementação com sucesso do conceito de ‘um país, dois sistemas’ com características próprias de Macau”. Assim, assiste-se a uma onda de “narrar bem a história de Macau” no seio dos sectores político e empresarial locais que, quer em ocasiões políticas, quer em actividades cívicas, têm vindo a articular-se, com pompa e circunstância, com esta missão política.

A chamada “história de Macau” é uma missão política, muito mais pesada do que a que foi incumbida pelo Governo Central ao longo dos anos, que não pode falhar. No entanto, isso não tem grande valor em Macau, em termos práticos. Isto porque, já desde a vitória da luta anticolonialista, em 1966, que o grupo pró-chinês começou a ganhar força e, aproveitando a necessidade da auto-ajuda da comunidade chinesa, tem vindo a alargar a sua influência, de cima para baixo, até chegar a todos os cantos da sociedade. E em tempos recentes, com a liberalização do jogo no início do estabelecimento da RAEM, avultados dividendos desse sector entraram nos cofres do Governo, que se tornou cada vez mais rico, podendo comprar directamente a lealdade e o apoio, de modo a assegurar o controlo da sociedade. Embora os cidadãos estejam insatisfeitos com a acção governativa da RAEM, não se criou um clima político de resistência contra as Autoridades Centrais.

A “história de Macau” parece mais uma mensagem política para o mundo de fora, desde logo para a outra região administrativa especial, Hong Kong. “Elogiar Macau em detrimento de Hong Kong” já não é uma leitura política nova, pois já se fazia na era de Tung Chee-hwa, e agora tornou-se mais evidente nos movimentos dos guarda-chuvas e anti-extradicação. A “história de Macau” procura criar uma impressão política: as diferenças claras e a coexistência pacífica entre os dois sistemas não impedem a concretização do enquadramento de um País, sobretudo quanto à manutenção absoluta da segurança nacional. Esta mensagem só vai originar uma pergunta: porque é que para Macau dá, mas para Hong Kong já não? A conclusão subjacente é que o problema não está na política “Um País, Dois Sistemas”, está sim na desobediência das pessoas de Hong Kong.

Este tipo de “história de Macau” visa demonstrar ao mundo que o “sucesso” do bom aluno Macau também é possível para Hong Kong e Taiwan. Neste processo, Macau é apenas um instrumento, nunca é protagonista. Como aconteceu com a cooperação regional e a definição do posicionamento e funções políticas, as pessoas de Macau têm uma voz muito limitada, pois só são informadas quando os

planos já estão definidos. Foi assim na definição do objectivo de construir um centro mundial de turismo e lazer, na criação da plataforma de cooperação entre a China e os países lusófonos, e *idem* na eventualidade da abertura duma bolsa de valores, noticiada pela Reuters.

Em termos políticos, as pessoas de Macau têm de sofrer tratamento demasiado sensível e irracional, e isto deve-se à legislação do “artigo 23.º”, feita há 10 anos. Apesar de nunca ter sido aplicada, o seu maior efeito, a autocensura social, já foi produzido e continua a aumentar. Devido à situação política de Hong Kong dos últimos anos, o tema da segurança nacional voltou a ser abordado nesta cidade pacífica. Vários tipos de controlo social, a título da “manutenção da segurança e da estabilidade”, da “tomada de medidas preventivas” e da “preparação para as adversidades”, deixam os estrangeiros, que não conheçam bem a situação de Macau, a pensar que Macau está cheia de perigos ocultos e que a segurança está num caos.

A execução passiva destas tarefas políticas, para além de fazer com que as pessoas de Macau se sintam incompreendidas, pode resultar numa onda de oposição que ultrapassa a imaginação do Governo, devido ao excesso de coerção. Será que é assim que se consegue convencer Hong Kong e a comunidade internacional a aceitar esta “história de Macau”?

Nos últimos 20 anos, a imagem de Macau como cidade do jogo tem aumentado a sua visibilidade internacional, e a “distribuição anual de dinheiro” é um símbolo de prosperidade, mas ao mesmo tempo, encobre-se a diferença entre ricos e pobres e a desactualização do sistema; e a passagem do tufão Hato, que aconteceu há dois anos, revela até as cicatrizes. A verdade é que, ao fim destes 20 anos, Macau ainda não tem uma calendarização para o sufrágio universal do Chefe do Executivo, nem muitos regimes de credenciação profissional, nem plano director urbanístico, nem reconstrução dos bairros antigos, nem renovação urbana, nem habitação pública para os jovens e para a classe média, nem grandes infra-estruturas para tratamento de águas, nem legislação para proteger as associações sindicais, nem um sistema de metro ligeiro completo... esta é que é a história de Macau que mais preocupa a nossa população.

A história de Macau diz-nos que se se permitir que o sistema político assente num pequeno círculo de pessoas sobreviva, a boa governação, a responsabilização dos altos dirigentes e a repressão da corrupção não passarão de palavras em vão, e as contradições vão continuar a acumular-se. Para que o princípio “um país, dois sistemas” seja verdadeiramente brilhante, há que libertar gradualmente da raiz o direito igual de sufrágio e declarar perante todo o mundo que, nos terrenos de um país, as eleições dos chefes locais e das assembleias municipais são praticamente iguais e não obstam à popularização e igualdade. Esta será a pedra decisiva para a concretização do princípio “Macau governado pelas suas gentes” e para a consolidação do desenvolvimento sustentável de

Macau.

Ao longo destes 20 anos, passámos por altos e baixos, e este é o melhor momento para reflectir sobre a experiência, a fim de defender o sistema social, o estilo de vida e a cultura característicos de Macau, sob o princípio “um país, dois sistemas”.

José Maria Pereira Coutinho

"Será desta vez, que serão resolvidos os múltiplos e acumulados problemas dentro da função pública e elevado o nível de governação pública?"

Logo, nas primeiras páginas do Programa Político do Chefe de Executivo constam as promessas de elevar o nível de governação pública e a implementação de um governo ímpoluto. (Vide Pág. 8 e 9 do Programa Político denominado por Sinergias e Avanço, Mudanças e Inovação)

As Linhas de Acção Governativas são executadas pelos serviços públicos mas não esqueçamos que são tuteladas, dirigidos, superintendidos e orientados pelas entidades tutelares ou seja da estrita responsabilidade dos secretários com vista à boa execução das políticas do Governo em relação à respectiva área de governação. Os Secretários são os principais responsáveis em elevar a eficiência dos serviços ou entidades sob sua directa tutela na gestão dos diversos assuntos administrativos sendo inclusivamente obrigados a adoptar uma governação transparente com divulgação clara e explícita das políticas do Governo para com a generalidade dos cidadãos. (Vide alínea 5) do artigo 3.º, e alíneas 4,5,e 6 do artigo 4.º, todos do Regulamento Administrativo n.º 24/2010).

Faço recordar e frisar bem claro, que todos os trabalhadores da função pública são objecto de avaliação do desempenho incluindo os directores de serviço. Os directores de serviço são avaliados pelos secretários que os tutelam. Portanto, quando há despesismo, má aplicação das leis que resultam em sentenças desfavoráveis, os primeiros responsáveis são as entidades tutelares que falharam na direcção e supervisão dos serviços da sua dependência.

Os Secretários não são deuses e não estão acima das leis devendo ser solidários com erros praticados pela cadeia hierárquica da função pública. A isto chamamos de "accountability".

E não será em agravar no regime jurídico da função pública e sobrecarregar nos directores toda a pressão quando as coisas andam mal nos serviços públicos a melhor forma de resolver os problemas.

Nos últimos vinte anos, a reforma da Administração Pública não teve os desejados sucessos e contribuiu para a acelerada queda da moral dos trabalhadores da função pública.

Recordarmos, que o Programa Político do Chefe de Executivo, Sr. Ho Iat Seng exemplifica situações que precisam de ser corrigidas, tais como a "duplicação de órgãos, a coincidência de funções, a desarticulação entre a competência e a responsabilidade".

Estas burocracias também já constavam nos Programas Políticos do primeiro Chefe de Executivo da RAEM, Sr. Edmundo Ho Hau Wah e as mesmas burocracias continuaram a repetir-se no mandato do Chefe do Executivo Sr. Chui Sai On que prometia resolver os ditos problemas da "sobreposição de funções e a falta de clareza de competências e de

responsabilidades. O Governo da RAEM empenhar-se-á no aprofundamento da reforma administrativa, a fim de otimizar a governação, aliviar a máquina administrativa e simplificar os procedimentos administrativos. (Vide Página 36 do Programa Político de 2014 "Aspirações Comuns para o Futuro e Partilha da Prosperidade).

Término por dizer que vamos esperar para ver se este novo Chefe de Executivo terá a arte e coragem para enfrentar os múltiplos problemas existentes dentro da função pública e desta forma contribuir para a elevação de facto da qualidade de vida da maioria dos cidadãos.

Muito Obrigado

O Gabinete do Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 16 de Dezembro de 2019.

José Pereira Coutinho